



ACESSO E COBERTURA DO AUXÍLIO EMERGENCIAL NA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE TEÓFILO OTONI: BARREIRAS ESTRUTURAIS E DESIGUALDADES REGIONAIS

Eixo 5: Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade

PEDRO MIGUEL DE ANDRADE¹

ALINE FAÉ STOCCO²

ANDRE MOULIN DARDENGO³

RESUMO: Este artigo analisa o acesso e a cobertura do Auxílio Emergencial (AE) na Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni (RGInTO), Minas Gerais, durante a pandemia de COVID-19. Em uma área de alta vulnerabilidade socioeconômica, a RGInTO enfrentou desafios estruturais que limitaram a eficácia do AE, como exclusão digital e precariedade de infraestrutura. Por meio de análise descritiva e estatística, o estudo investiga as modalidades de acesso (Aplicativo Caixa, Bolsa Família e Cadastro Único) e a distribuição dos recursos. Os resultados mostram que, apesar da ampla cobertura, barreiras tecnológicas ampliaram desigualdades regionais. O estudo destaca a importância de políticas que superem o assistencialismo, promovendo inclusão digital e infraestrutura.

Palavras-chave: Auxílio emergencial, exclusão digital, vulnerabilidade socioeconômica, políticas públicas, desigualdades regionais.

ABSTRACT: This article analyzes access to and coverage of Emergency Aid (AE) in the Intermediate Geographical Region of Teófilo Otoni (RGInTO), Minas Gerais, during the COVID-19 pandemic. In an area of high socioeconomic vulnerability, RGInTO faced structural challenges that limited AE's effectiveness, such as digital exclusion and poor infrastructure. Through descriptive and statistical analysis, the study examines access modalities (Caixa App, Bolsa Família, and Cadastro Único) and resource distribution. Results show that despite broad coverage, technological barriers increased regional inequalities. The study highlights the importance of policies that go beyond assistance, promoting digital inclusion and infrastructure.

Keywords: Emergency aid, digital exclusion, socioeconomic vulnerability, public policies; regional inequalities.

INTRODUÇÃO

¹ Graduado em Ciências Econômicas (UFVJM). Email: pedro.miguel@ufvjm.edu.br.

² Doutora em Política Social (UFES) e Professora do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (UFVJM). Email: aline.stocco@ufvjm.edu.br.

³ Doutor em Política Social (UFES) e Professor do Curso de Ciências Econômicas (UFVJM). Email: andre.dardengo@ufvjm.edu.br.



A pandemia de COVID-19⁴ intensificou as desigualdades socioeconômicas no Brasil, expondo a fragilidade de regiões periféricas como a Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni (RGInTO), no nordeste de Minas Gerais. Em resposta à crise, o Auxílio Emergencial (AE), implementado em 2020, buscou mitigar os impactos econômicos sobre populações vulneráveis, transferindo recursos diretamente a trabalhadores informais, beneficiários do Bolsa Família e inscritos no Cadastro Único (CadÚnico). Contudo, em contextos de alta pobreza e exclusão estrutural, como o da RGInTO, o acesso ao benefício enfrentou barreiras significativas.

Este artigo investiga os padrões de acesso e a cobertura do AE na RGInTO, guiado pela questão: quais foram os principais entraves ao acesso ao AE e como eles refletem desigualdades estruturais? A análise baseia-se em dados descritivos e estatísticos, explorando as modalidades de acesso (digital e via cadastros sociais) e as variações regionais na distribuição dos recursos. A RGInTO, que abrange os Vales do Jequitinhonha e Mucuri, é marcada por informalidade, baixa inclusão digital e infraestrutura precária, tornando-a um caso emblemático para avaliar os limites das políticas de transferência monetária⁵.

O trabalho está organizado em cinco seções. Após esta introdução, a seção 2 contextualiza a vulnerabilidade da RGInTO e o papel das políticas de transferência monetária. A seção 3 detalha os padrões de acesso ao AE. A seção 4 apresenta a análise estatística e suas implicações. Por fim, a seção 5 oferece considerações finais e recomendações.

CONTEXTO DA VULNERABILIDADE E POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA

A RGInTO é caracterizada por uma vulnerabilidade socioeconômica enraizada em sua formação histórica. Englobando os Vales do Jequitinhonha e Mucuri, a região apresenta altos índices de pobreza e trabalho informal, segundo dados compilados pela Fundação João Pinheiro⁶ a região apresenta a menor taxa de emprego no setor formal do estado de Minas Gerais, de 12,03%, paralelamente, o percentual da população pobre ou extremamente pobre inscrita no Cadastro Único

⁴ A pandemia de COVID-19, ocorrida entre 2020 e 2022, resultou em mais de 700 mil mortes no Brasil, segundo o Ministério da Saúde.

⁵ (Silva, 2022).

⁶ <https://imrs.fjp.mg.gov.br/Consultas>.



em relação à população total é de 41,15%. O resultado é uma economia dependente de atividades primárias de baixa produtividade, como pecuária extensiva e agricultura de subsistência (Miranda, 2013). Essa exclusão reflete um desenvolvimento desigual em Minas Gerais, onde áreas periféricas como a RGInTO foram marginalizadas em favor de regiões centrais (Cirino & González, 2011).

A vulnerabilidade da região vai além da renda, abrangendo dimensões como acesso precário a serviços básicos e infraestrutura tecnológica. Segundo dados levantados pelo Coletivo Margarida Alves⁷ que investigou o acesso à internet e o exercício de direitos através de uma pesquisa feita a partir de 30 comunidades rurais, povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais atingidos por grandes empreendimentos, realizada entre os anos de 2021, 2022 e 2023, do percentual de sucesso no acesso à internet apenas 27% conseguem acesso, já a maioria 56,3% acessam às vezes e 16,8% não conseguem acessar. No geral, isso é um reflexo da exclusão digital que limita a implementação de políticas dependentes de ferramentas digitais. Essa realidade foi agravada durante a pandemia, quando o AE se tornou essencial para a sobrevivência de milhões de brasileiros.

O AE, instituído pela Lei 13.982/2020, foi uma resposta emergencial à crise sanitária, oferecendo pagamentos mensais a trabalhadores informais, beneficiários do Bolsa Família e inscritos no CadÚnico (Bacchiegga; Freitas; Vasconcellos, 2022). Na RGInTO, o programa revelou tanto sua relevância quanto suas limitações. Embora tenha alcançado populações vulneráveis, sua gestão estatal enfrentou desafios logísticos e tecnológicos, expondo desigualdades regionais e estruturais (Silva, 2022). A análise do acesso e da cobertura, apresentada a seguir, destaca como essas barreiras condicionaram os resultados do AE na região.

PADRÕES DE ACESSO AO AUXÍLIO EMERGENCIAL NA RGINTO

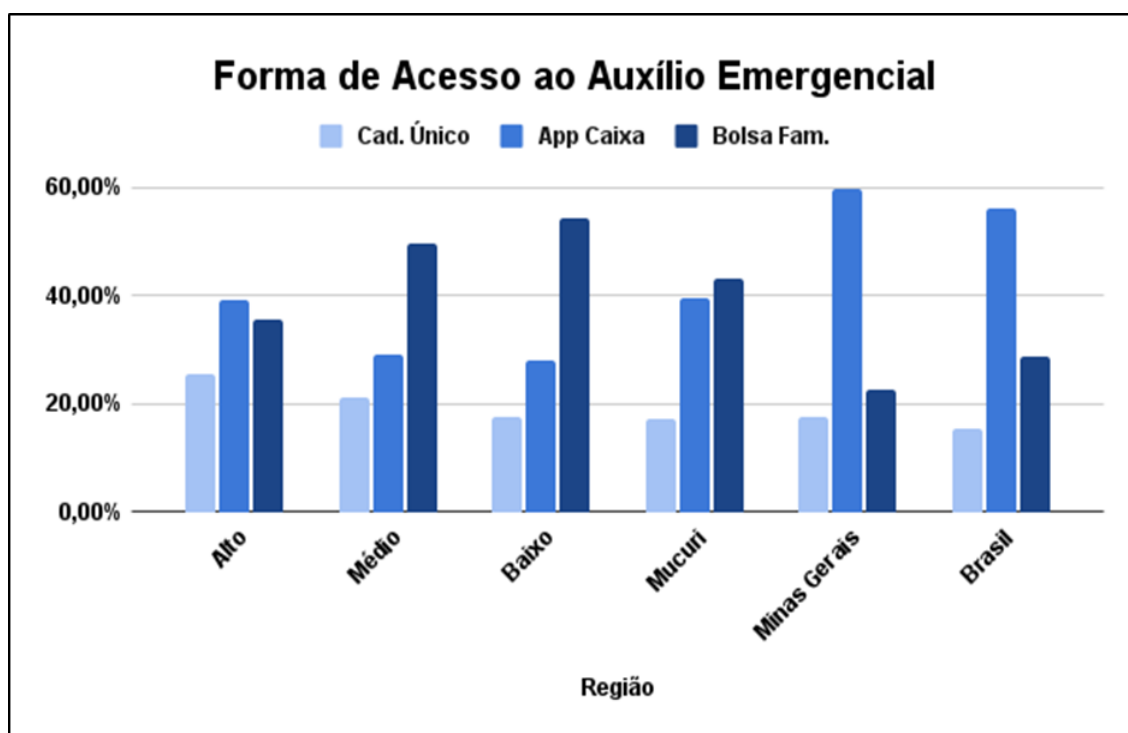
O acesso ao AE foi determinado por uma série de fatores, como a organização estatal, a infraestrutura social e as condições históricas e geográficas de cada região. Os problemas socioeconômicos da RGInTO, influenciaram diretamente as formas pelas quais as populações locais puderam acessar o benefício.

⁷ https://coletivomargaridaalves.org/wp-content/uploads/2023/05/DOSSIECOMPLETO_WEB.pdf.



Por meio do Gráfico 1 é possível analisar as diferentes formas de acesso ao AE entre as microrregiões do Vale do Jequitinhonha, na região do Vale do Mucuri e no contexto do estado de Minas Gerais e a nível nacional. O Alto Jequitinhonha apresentou um cenário de acesso mais equilibrado entre as três formas. O Aplicativo Caixa teve uma leve predominância, seguido pelo Bolsa Família e pelo Cadastro Único. Isso sugere que, apesar das limitações regionais, houve uma presença relativamente mais forte do meio digital, permitindo que a população utilizasse o aplicativo da Caixa para acessar o auxílio. No entanto, a alta porcentagem de beneficiários que utilizaram o Bolsa Família, com média de 50,3% entre os 86 municípios da RGINTO, indica que uma parte significativa da população se encontrava em situação de vulnerabilidade, e já cadastrada em programas de assistência social pré-existent.

Gráfico 1 - Forma de acesso ao Auxílio Emergencial (%) (2020)



Fonte: Ministério da Cidadania. Elaboração própria.

No Médio e Baixo Jequitinhonha, o Bolsa Família teve uma predominância ainda mais acentuada, especialmente no Baixo, onde o Cadastro Único teve uma participação menor em comparação ao Alto e Médio Jequitinhonha. Esses dados revelam um padrão de pobreza mais enraizado nessas regiões, onde a dependência de programas sociais já era maior, limitando o acesso



ao auxílio pelas outras formas, como o aplicativo da Caixa. No Vale do Mucuri, o Bolsa Família e o aplicativo da Caixa apresentaram percentuais próximos, com uma leve predominância do primeiro. A proximidade entre essas duas formas de acesso pode ser vista como um reflexo de uma transição social, uma parte significativa da população fortemente vinculada a programas sociais de longa data, enquanto outra parte, provavelmente em regiões mais urbanizadas ou com maior inclusão digital, conseguiu acessar o benefício pelo aplicativo. Esse equilíbrio reflete uma tensão entre as necessidades históricas e o acesso às novas tecnologias que o Estado tentou implementar durante a crise.

Tanto no estado de Minas Gerais quanto no Brasil como um todo, o aplicativo da Caixa aparece como a principal forma de acesso ao AE, o que sugere uma maior inclusão digital em âmbito nacional, pelo menos nas metrópoles e regiões mais desenvolvidas. Entretanto, a expressiva presença do Bolsa Família indica que, mesmo com a tentativa de recorrer à digitalização do processo, uma parcela significativa da população permaneceu dependente de formas tradicionais de assistência. Essa dualidade entre a dependência de programas sociais e o esforço do Estado pela digitalização, revelou as desigualdades sociais e regionais que caracterizam o Brasil, especialmente em tempos de crise.

Outro ponto que o gráfico 1 revela é a maneira como o acesso ao AE foi fortemente condicionado por fatores estruturais e regionais. A predominância do Bolsa Família em áreas historicamente pobres reflete a permanência de vulnerabilidades sociais, limitando a adoção do aplicativo da Caixa.

A cobertura heterogênea e desigual do AE é explicada pela maneira a qual a população teve acesso ao benefício, através da Tabela 1 são destacados os dez maiores municípios em termos de acesso ao AE via aplicativo da Caixa Econômica Federal. Teófilo Otoni, localizado no Vale do Mucuri, se sobressai com 60,70% dos beneficiários do AE utilizando essa plataforma. Este dado é particularmente relevante, considerando que Teófilo Otoni possui uma população expressiva e um IMRS - Vulnerabilidade⁸ de 0,595, o que o classifica como um dos municípios menos vulneráveis da

⁸ Indicadores: Percentual da População no Cadastro Único; Percentual da população pobre ou extremamente pobre no Cadastro Único em relação a população total do município; Percentual de pessoas pertencentes às famílias beneficiárias do Bolsa Família; Percentual de pessoas em idade produtiva (18 a 64 anos) e sem ocupação do Cadastro Único; Percentual de pessoas com idade de 18 anos ou mais e ensino fundamental incompleto e o total de pessoas com 18 anos ou mais, inscritas no Cadastro Único; Taxa de emprego no setor formal; Indicador de Desenvolvimento do Conselho Municipal de Assistência Social (IDConselho) normalizado e de Centros de Referência da Assistência Social (IDCRAS) médio normalizado; Existência da Proteção Social Especial na estrutura administrativa do órgão gestor.

região. Isso mostra que a menor vulnerabilidade, o menor número de beneficiários do Bolsa Família e uma melhor infraestrutura digital, permitiu que o acesso via aplicativo fosse maior.

No Alto Jequitinhonha, municípios como Diamantina (49,96%) e Serro (49,00%) também apresentam uma significativa adesão ao uso do aplicativo, apesar de suas populações serem consideravelmente menores. No entanto, quando se observa o IMRS, nota-se que a vulnerabilidade social é mais acentuada em Itaobim (IMRS 0,388), no Médio Jequitinhonha, do que em Gouveia (IMRS 0,537), refletindo um contraste importante entre a necessidade de acesso ao benefício e as condições socioeconômicas locais.

Essa análise sugere que a adesão ao aplicativo não está estritamente ligada ao tamanho populacional, mas sim a fatores como a infraestrutura digital disponível e o nível de vulnerabilidade socioeconômica. Municípios com maior necessidade de suporte social, como Itaobim, podem apresentar uma utilização mais intensa das plataformas digitais para acessar benefícios, mesmo em condições de maior vulnerabilidade.

Tabela 1 - 10 maiores municípios com acesso ao AE via App. Caixa (2020)

Região	Município	app. caixa %	IMRS - Vulnerabilidade	População
Vale do Mucuri	Teófilo Otoni	60,70	0,595	140.937
Alto Jequitinhonha	Diamantina	49,96	0,559	47.825
Alto Jequitinhonha	Serro	49,00	0,476	20.940
Alto Jequitinhonha	Gouveia	46,79	0,537	11.818
Vale do Mucuri	Nanuque	46,56	0,555	40.665
Vale do Mucuri	Poté	46,07	0,55	16.616
Vale do Mucuri	Malacacheta	45,57	0,518	18.602
Alto Jequitinhonha	Itamarandiba	41,16	0,503	34.936
Médio Jequitinhonha	Itaobim	40,98	0,388	21.029
Médio Jequitinhonha	Capelinha	40,94	0,511	38.057

Fonte: Fundação João Pinheiro, IBGE e Ministério da Cidadania. Elaboração Própria.

A exclusão digital foi uma problemática evidenciada pela crise gerada pela COVID-19, tendo em vista que, a sua primeira barreira, é o acesso à internet. Cerca de 47 milhões de brasileiros não têm acesso à internet, entres estes, cidadãos residentes em áreas rurais, paradoxalmente, os que estão em maior condição de vulnerabilidade social e público-alvo de políticas como o AE. Além disso, barreiras tecnológicas, como posse de um aparelho celular, armazenamento, limitações de internet, além da inabilidade do indivíduo em utilizar o aplicativo da CAIXA para a solicitação do benefício, se apresentaram como empecilhos para a população mais vulnerável (Gonzalez; Araujo, 2021).

Segundo dados da TIC Domicílios para 2020 e 2021 é possível constatar uma correlação entre o baixo nível de renda e o pior acesso à internet, bem como o baixo nível de renda e o menor acesso a equipamentos tecnológicos suficientes para o acesso. As tabelas 2 e 3 demonstram que os domicílios das classes C e D, apresentavam, respectivamente, precário ou praticamente nenhum acesso a computadores de mesa, notebooks e tablets. Entretanto, o acesso aos aparelhos celulares é significativo em todas as classes sociais, evidenciando que, no geral, as classes C e D acessam a internet, através do celular.

Tabela 2 – Equipamentos TICs (2020)

2020	Equipamento TIC	Aparelho celular	Computador de mesa	Notebook
Classe Social	A	não possui o dado	92,6	98,8
	B	não possui o dado	45,5	74,9
	C	não possui o dado	18	31
	D	não possui o dado	4,9	5

Fonte: Coletivo Margarida Alves. Cetic (2023).

Tabela 3 – Equipamentos TICs (2021)



2021	Equipamento TIC	Aparelho celular	Computador demesa	Notebook	Tablet
Classe Social	A	100	83	98,4	61,9
	B	99,8	42,7	71,9	25,9
	C	97,8	13,3	25,1	10,6
	D	86,7	2,5	5,3	3,4

Fonte: Coletivo Margarida Alves. Cetic (2023).

Os dados da TIC para os anos de 2020 e 2021 também mostram a relação entre a qualidade da internet e a classe social. Os domicílios das classes A e B registraram maior percentual de acesso à internet por banda larga fixa, enquanto os domicílios das classes C e D tiveram os maiores percentuais com acesso por conexão móvel, via modem ou chip 3G ou 4G, como demonstrado nas tabelas 4 e 5.

Tabela 4 – Tipo de conexão à internet (2020)

2020	Tipo de conexão à internet	Conexão Discada	Banda Larga Fixa - Total - Banda Larga Fixa	Banda Larga Fixa - Conexão Via Cabo De Tv Ou Fibra Ótica	Banda Larga Fixa - Conexão Via Linha Telefônica (Dsl)	Banda Larga Fixa - Conexão Via Rádio	Banda Larga Fixa - Conexão Via Satélite	Conexão Móvel Via Modem Ou Chip 3G Ou 4G	Não sabe
Classe Social	A	0,2	88,9	82,7	4,6	0,2	1,5	9	1,9
	B	0,4	84,1	73,9	6,6	2	1,6	12,7	2,8
	C	0,8	69,6	56,2	6,1	3,4	3,9	21,4	8,2
	D	1,7	52,2	37,5	2,2	4	8,5	32,6	13,5

Fonte: Coletivo Margarida Alves. Cetic, 2023.

Tabela 5 – Tipo de conexão à internet (2021)



2021	Tipo de conexão à internet	Conexão Discada	Banda Larga Fixa - Total - Banda Larga Fixa	Banda Larga Fixa - Conexão Via Cabo De Tv Ou Fibras Ótica	Banda Larga Fixa - Conexão Via Linha Telefônica (Dsl)	Banda Larga Fixa - Conexão Via Rádio	Banda Larga Fixa - Conexão Via Satélite	Conexão Móvel Via Modem Ou Chip 3G Ou 4G
Classe Social	A	0	94,5	83,5	7,8	0,8	2,5	3,3
	B	0,5	87,7	79	3	2,2	3,5	6,9
	C	0,3	71,9	62,5	2,2	2,2	5	17,2
	D	0,7	51,7	41,2	1,3	3,2	6	27,4

Fonte: Coletivo Margarida Alves. Cetic, 2023.

Ademais, ao analisar os principais motivos que levam à falta de acesso à internet, com base nos dados da pesquisa TIC Domicílios de 2016 a 2021, observa-se que o fator econômico continua sendo o mais relevante. Em 2021, 31% dos entrevistados apontaram que os moradores do domicílio consideram o serviço de internet muito caro.

Na Tabela 6, são apresentados os municípios com maior percentual de acesso ao AE via Bolsa Família. Santa Helena de Minas, no Vale do Mucuri, destaca-se com 72,89% dos beneficiários, seguida de perto por Comercinho (72,46%) e Cachoeira de Pajeú (71,07%) nas regiões do Médio e Baixo Jequitinhonha, respectivamente.

O alto índice de beneficiários do programa que vieram por meio do Bolsa Família nesses municípios reflete a significativa vulnerabilidade social, como evidenciado pelo IMRS - vulnerabilidade de Comercinho (0,293), o mais baixo entre os municípios analisados. Este dado corrobora a importância do Bolsa Família como uma rede de proteção social fundamental em áreas de extrema pobreza e maior vulnerabilidade.

O AE permitiu constatar a elevada dependência do Bolsa Família em municípios menores, como Fronteira dos Vales (68,17%) e Felisburgo (63,68%), indicando que, em regiões rurais e de difícil acesso, o programa se torna essencial para a sobrevivência de muitas famílias.

Tabela 6 - 10 maiores municípios com acesso ao AE via Bolsa Família (2020)



Região	Município	Bolsa Família %	IMRS - Vulnerabilidade	População
Vale do Mucuri	Santa Helena de Minas	72,89	0,352	6.386
Médio Jequitinhonha	Comercinho	72,46	0,293	6.774
Baixo Jequitinhonha	Cachoeira de Pajeú	71,07	0,332	9.442
Vale do Mucuri	Setubinha	68,70	0,324	12.378
Vale do Mucuri	Fronteira dos Vales	68,17	0,315	4.561
Vale do Mucuri	Itaipé	67,56	0,332	12.836
Baixo Jequitinhonha	Joaíma	67,52	0,312	15.455
Vale do Mucuri	Crisólita	64,63	0,456	6.760
Vale do Mucuri	Padre Paraíso	64,00	0,397	20.252
Baixo Jequitinhonha	Felisburgo	63,68	0,366	7.504

Fonte: Fundação João Pinheiro, IBGE e Ministério da Cidadania. Elaboração Própria.

A Tabela 7 ilustra os municípios com maior percentual de beneficiários do AE que tiveram acesso ao programa através do CadÚnico, a base de dados que serve como critério para a concessão de diversos benefícios sociais. Presidente Kubitschek, no Alto Jequitinhonha, lidera com 45,95% dos beneficiários via CadÚnico, demonstrando uma ampla adesão ao sistema.

Nos municípios com maiores índices de vulnerabilidade, como Felício dos Santos (IMRS - Vulnerabilidade 0,298) e São Gonçalo do Rio Preto (IMRS - Vulnerabilidade 0,446), o elevado nível de beneficiários oriundos do Cadastro Único indica a efetividade das políticas de inclusão social em alcançar as populações mais necessitadas. Este fato é especialmente relevante em regiões que enfrentam desafios socioeconômicos acentuados.

Capelinha, presente tanto na lista de acesso via aplicativo da Caixa Econômica quanto no CadÚnico, com 40,94% e 28,63%, respectivamente, exemplifica uma abordagem dual na busca por suporte social. A população deste município utilizou-se tanto ferramentas digitais quanto tradicionais para acessar o AE, o que sugere uma abrangência mais ampla do sistema de proteção social, capaz de atender às diversas necessidades e capacidades de acesso da população.

Tabela 7 - 10 maiores municípios com acesso ao AE via CadÚnico (2020)



Região	Município	Cad. Único %	IMRS - Vulnerabilidade	População
Alto Jequitinhonha	Presidente Kubitschek	45,95	0,471	3.001
Alto Jequitinhonha	Datas	32,97	0,359	5.421
Médio Jequitinhonha	Virgem da Lapa	31,31	0,417	13.740
Alto Jequitinhonha	Felício dos Santos	31,05	0,298	4.704
Alto Jequitinhonha	Carbonita	30,84	0,547	9.414
Vale do Mucuri	Serra dos Aimorés	29,79	0,377	8.713
Médio Jequitinhonha	Capelinha	28,63	0,511	38.057
Alto Jequitinhonha	Senador Modestino Gonçalves	28,6	0,392	4.105
Alto Jequitinhonha	São Gonçalo do Rio Preto	28,53	0,446	3.173
Alto Jequitinhonha	Gouveia	28,34	0,537	11.818

Fonte: Fundação João Pinheiro, IBGE e Ministério da Cidadania. Elaboração Própria.

Os padrões de acesso ao AE na RGIInTO foram complexos e diversificados. A adoção do aplicativo da Caixa Econômica, do Bolsa Família e do CadÚnico varia conforme o contexto socioeconômico e a infraestrutura disponível em cada município. Enquanto o uso do aplicativo se destaca em áreas com maior densidade populacional e menor vulnerabilidade, o Bolsa Família e o CadÚnico desempenham papéis cruciais em regiões de extrema pobreza, servindo como bases de sustentação para as comunidades mais vulneráveis, contudo para um diagnóstico mais preciso exigiria pesquisas de campo no futuro.

O CadÚnico, porta de entrada para programas sociais, como Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, entre outros, foi mais uma possibilidade de integração ao AE. Porém, nem todos os inscritos cumpriam as condicionalidades exigidas para o recebimento. Segundo o Dataprev, instituição responsável pela análise do AE, cerca de 25% dos inscritos no CadÚnico do governo federal foram considerados inelegíveis. Em última análise, a capacidade de resposta do sistema às necessidades específicas dos diferentes municípios foi determinante para a eficácia e a equidade do AE na RGIInTO.

ANÁLISE ESTATÍSTICA E IMPLICAÇÕES

Nesta etapa são realizadas as análises estatísticas descritivas das variáveis que consistem na determinação da média, desvio padrão, mínimo, mediana e máximo. Os dados obtidos dessa análise são apresentados na Tabela 8.

Tabela 8 - Análise de Estatística Descritiva (2020)

Variável	Tam. Amostra	Méd.	Desvio Pad.	Mín.	Medi.	Máx.
Taxa de Cobertura do AE (%)	86	36,80	5,57	23,49	36,40	57,26
Taxa de Inscritos Cad. Único (%)	86	62,24	11,35	33,86	61,64	91,26
IMRS - Vulnerabilidade	86	0,40	0,08	0,26	0,39	0,60
Acesso ao AE via App. Caixa (%)	86	29,78	8,41	15,17	27,98	60,7
Acesso ao AE via Bolsa Família (%)	86	50,33	11,46	21,46	50,88	72,89
Acesso ao AE via Cad. Único (%)	86	20,01	6,61	9,12	18,85	45,95

Fonte: Fundação João Pinheiro e Ministério da Cidadania. Elaboração Própria.

Legenda: Tam. Amostra = Tamanho da Amostra; Méd. = Média; Desvio Pad. = Desvio Padrão; Mín. = Mínimo; Medi. = Mediana Máx. = Máximo.

A tabela 8 fornece um panorama detalhado das principais variáveis que compõem o estudo sobre a cobertura do AE e as diferentes formas de acesso utilizadas nos municípios da RGInTO. A análise desses dados mostra as condições socioeconômicas locais e o alcance das políticas públicas na região.

A Taxa de Cobertura do AE, com uma média de 36,80% e um desvio padrão de 5,57%, sugere uma distribuição relativamente consistente entre os municípios, embora existam diferenças significativas. A taxa mínima de 23,49% e a máxima de 57,26% indicam uma variação importante na cobertura, o que pode refletir disparidades socioeconômicas e diferenças na eficácia das estratégias de implementação do auxílio. Essas discrepâncias apontam para as particularidades locais na formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficientes.



A Taxa de Inscritos no CadÚnico antes da pandemia, apresenta uma média de 62,24%, destaca-se como um indicador essencial da capacidade de alcance das políticas sociais na região. O desvio padrão de 11,35% e a variação entre 33,86% e 91,26% revelam que, embora muitos municípios tenham uma alta proporção de sua população inscrita no CadÚnico, outros ainda apresentam uma abrangência insuficiente. Esses dados sugerem que o CadÚnico desempenhou um papel fundamental na garantia de acesso ao AE.

O IMRS - Vulnerabilidade, com uma média de 0,40 e um desvio padrão de 0,08, reflete as condições de vulnerabilidade social nos municípios estudados. A variação entre 0,26 e 0,60 aponta para diferenças substanciais na vulnerabilidade entre os municípios, com metade deles apresentando um índice de vulnerabilidade inferior a 0,39. Esses números sugerem que os municípios mais vulneráveis são aqueles que mais dependem de políticas de assistência social. Dessa forma, o IMRS permite entender a necessidade e a distribuição do AE na região.

As formas de acesso ao AE revelam a dinâmica de distribuição dos recursos. O acesso via Aplicativo da Caixa Econômica Federal ficou com uma média de 29,78% e um desvio padrão de 8,41%, o uso do aplicativo variou significativamente entre os municípios, de 15,17% a 60,70%. Essa variação pode estar associada a fatores como o acesso à tecnologia e a alfabetização digital, destacando a importância da inclusão digital para a eficácia do programa durante a pandemia. Segundo dados coletados pelo Coletivo Margarida Alves (2023), 78,8% das pessoas informaram que já deixaram de acessar algum serviço público por falta de informação ou/e falta de internet.

No acesso via Bolsa Família registrou média de 50,33% e o desvio padrão de 11,46% indicam que o Bolsa Família foi o principal canal de acesso ao AE. Com uma variação entre 21,46% e 72,89%, esse resultado reflete a robustez que o benefício exerceu em alcançar as famílias mais necessitadas, embora sua abrangência também varie significativamente entre os municípios.

Já o acesso via CadÚnico apresenta uma média de 20,01% e um desvio padrão de 6,61%. Dessa forma, o CadÚnico aparece como uma via relevante, mas menos utilizada em comparação ao Bolsa Família. A variação de 9,12% a 45,95% sugere que, apesar de sua importância, o CadÚnico enfrentou desafios em atingir uma cobertura ampla, sendo possível inferir que a falta de estrutura e a

precarização dos postos de assistência social⁹ entre os municípios contribuíram para esse resultado. Haja vista que um dos critérios para o recebimento do AE era ter os dados no CadaÚnico atualizados, assim, mesmo com um significativo percentual da população inscrita essa via não foi a mais significativa.

A análise da distribuição do AE *per capita* na RGInTO através da figura 5 oferece uma perspectiva sobre as disparidades socioeconômicas locais em um contexto macroeconômico mais amplo. Ao examinar os cinco municípios que receberam os maiores valores per capita – Catuji (R\$ 2.568,31), Ouro Verde de Minas (R\$ 2.222,14), Palmópolis (R\$ 2.215,37), Nova Módica (R\$ 1.921) e Felício dos Santos (R\$ 1.876,95) – e os cinco com menores valores – Chapada do Norte (R\$ 915,96), Francisco Badaró (R\$ 1.036,72), Berilo (R\$ 1.180,70), Leme do Prado (R\$ 1.181,68) e Minas Novas (R\$ 1.202,08) – podemos situar essas desigualdades dentro das transformações recentes da economia brasileira e do papel do Estado como agente redistributivo em momentos de crise.

Um dos fatores que possibilita explicar a desigual distribuição do AE entre os municípios da RGInTO é o percentual de inscritos entre a população no CadÚnico antes da deflagração da pandemia. Através da tabela 10 é possível verificar a relação direta entre a taxa de inscrição no CadÚnico e os valores *per capita* recebidos pelo AE nos municípios da região. Ao compararmos os cinco municípios com os maiores valores *per capita* (Catuji, Ouro Verde de Minas, Palmópolis, Nova Módica e Felício dos Santos) aos cinco com os menores (Chapada do Norte, Francisco Badaró, Berilo, Leme do Prado e Minas Novas), observa-se uma discrepância significativa nas taxas de inscrição no CadÚnico:

Tabela 10 – Taxa de inscritos no CadÚnico (2020)

5 maiores AE per capita		5 menores AE per capita	
Cidade	Tx Ins Cad.Único (%)	Cidade	Tx Ins Cad.Único (%)
Catuji	91,26	Chapada do Norte	46,09
Ouro Verde de Minas	86,56	Francisco Badaró	49,41
Palmópolis	83,23	Berilo	56,47
Nova Módica	75,65	Leme do Prado	53,92
Felício dos Santos	90,82	Minas Novas	46,75

⁹ O Centro de Referência de Assistência Social do Brasil é uma unidade responsável pela oferta de serviços de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social, nas áreas de vulnerabilidade e risco social.



Fonte: Ministério da Cidadania. Elaboração Própria.

Os dados revelam que os municípios com os maiores valores *per capita* de AE tinham, em média, uma taxa de inscrição no CadÚnico de 85,50%, enquanto os com os menores valores apresentavam uma média de apenas 50,13%. Essa diferença de 35,37 pontos percentuais indica que o CadÚnico foi um fator determinante para a concessão de benefícios do AE.

Essa análise se alinha diretamente ao objetivo de investigar a eficácia do AE no alcance às populações mais vulneráveis. O CadÚnico se mostrou importante na identificação para o AE mesmo não sendo a principal forma de acesso em geral, exercendo um papel fundamental no mapeamento da população elegível ao benefício. Municípios com maior percentual de população inscrita conseguiram captar maiores recursos *per capita*, demonstrando que a pré-existência de registros no CadÚnico foi um diferencial no acesso ao auxílio.

Os cinco municípios com os maiores valores *per capita*, como Catuji (91,26%) e Felício dos Santos (90,82%), já possuíam um histórico de inclusão em políticas públicas de transferência monetária. Esse fato reflete a dependência estrutural dessas localidades em relação à programas sociais, além de sua maior capacidade de mobilização para inclusão cadastral, mesmo antes da pandemia. Em contrapartida, municípios como Chapada do Norte (46,09%) e Minas Novas (46,75%) apresentam cobertura limitada do CadÚnico, sugerindo barreiras históricas no acesso às políticas sociais, seja pela ausência de infraestrutura pública, exclusão digital ou menor articulação administrativa. Outros fatores como dificuldades de acesso aos canais de cadastramento, problemas de infraestrutura tecnológica ou burocrática, ou até mesmo falhas de comunicação podem explicar a baixa inclusão de uma parcela maior da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O AE foi um marco na resposta à pandemia, alcançando parte significativa da população vulnerável da RGInTO. Contudo, barreiras como exclusão digital, infraestrutura precária e dependência de cadastros sociais limitaram sua cobertura e equidade. A análise mostra que o acesso via aplicativo Caixa foi restrito por questões tecnológicas, enquanto o Bolsa Família e o CadÚnico foram cruciais, mas insuficientes para incluir todos os necessitados. As desigualdades regionais na



cobertura refletem as disparidades históricas da região, agravadas pela falta de políticas complementares.

Para além do assistencialismo, políticas públicas devem priorizar a inclusão digital e a infraestrutura logística, garantindo acesso universal em crises futuras. A expansão do CadÚnico e a capacitação digital são passos essenciais para superar as barreiras identificadas. Uma limitação deste estudo foi a ausência de dados qualitativos sobre as experiências dos beneficiários, o que poderia enriquecer a análise. Sugere-se que futuras pesquisas explorem os impactos sociais do acesso desigual ao AE, contribuindo para um debate mais amplo sobre justiça social e desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

BACCHIEGGA, F.; FREITAS, A. L. F. S.; VASCONCELLOS, M. P. **Políticas públicas e enfrentamento da COVID-19 no Brasil**: controvérsias sobre o auxílio emergencial (Lei 13.982/20). *Revista de Direito da Cidade*, Rio de Janeiro, v. 14, n 1, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdc/a/N9mQRFdcLNgxrQFpkCKqMMx/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CIRINO, Jader Fernandes; GONZÁLEZ, Alba Maria Guadalupe Orellana. **A heterogeneidade do desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais**. 2011. Disponível em: <https://locus.ufv.br/items/452accd0-1f09-4bcc-81af-116a6f02a5f7>. Acesso em: 20 ago. 2024.

COLETIVO MARGARIDA ALVES. **Acesso a Internet e o Exercício de Direitos**: uma pesquisa a partir de 30 comunidades rurais e povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais atingidos por grandes empreendimentos. 2023. Disponível em: https://coletivomargaridaalves.org/wp-content/uploads/2023/05/DOSSIECOMPLETO_WEB.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

GONZALEZ, Lauro; ARAUJO, Marcelo. **Efeitos da exclusão digital no acesso ao auxílio emergencial**. Blog/Impacto, FGV, v. 27, 2021. Disponível em: https://www.impacto.blog.br/site/wpcontent/uploads/2021/05/Auxilio_InclusaoDigital_VersaoFinal.pdf. Acesso em: 13 out. 2024.

MIRANDA, Leonardo Caetano. **Nos caminhos do Vale**: O (des) envolvimento no Jequitinhonha. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SILVA, M. O. S. Contemporaneidade dos Programas de Transferência Monetária no Brasil: proteger ou mitigar a pobreza? **Revista Serviço Social e Sociedade**, Brasília, n. 145, set./dez., 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/JfW85vT8qv9J6br7xVq5Bj/?lang=pt#>. Acesso em: 10 fev. 2023.